

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

CORRÊA, Luiz Antonio Villas-bôas. *Villas-boas Correia (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**VILLAS-BOAS CORREIA**  
**(depoimento, 1997)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 10/09/1997

duração: 2h 5min

fitas cassete: 03

páginas: 23

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista encontra-se publicada no livro "Crônica política do Rio de Janeiro", coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. (Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.)

## VILLAS-BÔAS CORRÊA

Luiz Antonio Villas-Bôas Corrêa nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1923. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1943 e formou-se em 1947. No ano seguinte iniciou a carreira jornalística n' *A Notícia*, onde trabalharia por 30 anos. Dedicado desde o início ao jornalismo político, colaborou também em outros jornais como a *Tribuna da Imprensa*, *O Dia*, o *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*. Foi um dos pioneiros da crônica política na televisão, tendo participado dos programas “Jornal de Vanguarda”, na TV Rio, “Abertura”, na TV Tupi, e “Jornal da Manchete”, na TV Manchete. É hoje articulista do *Jornal do Brasil* e comentarista da TV Manchete.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Américo Freire em 10 de setembro de 1997.

## **Um filho de classe média da Tijuca**

*Como foi sua infância, como era sua família?*

Sou tipicamente um filho de classe média carioca. Meu pai, Merolino Raymundo Lima Corrêa, morto há 10 anos, aos 88 de idade, era um cearense meio por acaso, porque a família toda era amazonense. Aos 13 anos veio para o Rio estudar, aqui se formou, mas fez toda a sua vida na Justiça mineira: de promotor a desembargador. Minha mãe, Maria Saphira Villas-Bôas Corrêa, era fluminense, de Angra dos Reis. Meu avô materno, Luiz de Castro Villas-Bôas, era jornalista de província em Angra, depois veio para o Rio e aqui se tornou fiscal do Imposto de Consumo. Era um sujeito de primeiríssima ordem.

Minha mãe morreu quando eu tinha oito anos, adoeceu quando eu tinha seis. Nesse tempo meu pai era juiz de direito na cidade mineira de Carmo do Rio Claro, pertinho de Furnas, a que voltei dois anos atrás, depois de 60 anos de ausência. Vim para o Rio quando minha mãe adoeceu, para a casa do meu avô, e aqui fiquei: aqui estudei, me formei, me casei, constituí família e trabalho até hoje. Posso dizer que nunca morei em outro lugar a não ser no Rio, tirando, é claro, a minha remota infância, até os seis anos de idade, quando fiz a peregrinação do juiz de direito pelas comarcas mineiras. Meu pai ficou em Minas e se casou pela segunda vez, quando eu tinha 13 anos, com uma senhora de Cataguases com quem fez bodas de ouro. Essa senhora, Carlota Cruz de Lima Corrêa, mais conhecida pelo apelido de Tatá, é praticamente uma segunda mãe para mim. Vive ainda, em Belo Horizonte.

O que eu quero dizer é o seguinte: fui criado numa família de classe média tijuicana. Nasci na mesma casa em que minha mãe morreu, na rua São Francisco Xavier, 127, quase esquina de Almirante Cochrane. Era uma casa alugada pelo meu avô, uma casa tão grande que, no seu quintal em L, há hoje três prédios.

*Seus estudos?*

Comecei na escola pública, mas por muito pouco tempo. Do segundo ano primário até o segundo ano complementar, estudei no Instituto Lafayette, masculino, na rua Haddock Lobo. Ali, portanto, estive 10 anos: três de primário, cinco de ginásial e dois de complementar. Depois, fiz exame para a Faculdade Nacional de Direito, passei até bem, e ali fiz o curso de cinco anos até me formar, em 1947.

*Como era o clima político na Faculdade de Direito na sua época?*

Para responder, vou voltar um pouco mais atrás. Na minha família, essa família de classe média da Tijuca, lia-se. Liam-se livros — meu avô não tinha uma grande biblioteca em casa, mas comprava livros — e liam-se jornais. Era o velho tempo em que os matutinos e vespertinos eram realmente separados. Hoje, não existe mais vespertino. Não me lembro de ninguém lá em casa ser assinante de jornais, mas todos os dias comprava-se o *Correio de Manhã*. E à tarde, os homens que chegavam — essa fauna era meio variada, às vezes havia uns tios lá em casa — traziam, cada um, um jornal diferente. Eu me lembro de que havia sempre *O Globo*, *A Noite* e freqüentemente o *Diário da Noite*, um vespertino Associado capeado com papel verde. Eram os jornais que se lia em casa. E livros. Eu tinha um tio, que foi juiz no estado do Rio, que gostava muito de romance histórico. Li muito Paulo Setúbal, nos livros que

meu tio Saragoça Santos comprava. Meu avô, Luiz de Castro Villas-Bôas, gostava dos autores um pouco mais antigos, daquela turma portuguesa do Eça, Camilo; no Brasil, José de Alencar, Machado de Assis, Paulo Setúbal, Humberto de Campos, enfim, autores dessa época. Eu me lembro também de que depois chegou o rádio. O primeiro rádio que entrou lá em casa, na década de 30, foi dos primeiros que apareceram, um Pilot enorme, de madeira, hoje peça de museu.

Lá em casa, portanto, lia-se, ouvia-se rádio, mas não se falava praticamente em política, a não ser na política antiga do estado do Rio, porque na época simplesmente não havia política. Nasci em 1923, vim para a casa dos meus avós com sete anos, portanto no começo da década de 30, e quando comecei a pensar na vida, a tomar conhecimento das coisas, estávamos no Estado Novo. Minha conversa política começou exatamente na faculdade, onde entrei em 1943 e vivi um clima de agitação estudantil. Fui presidente do Caco<sup>1</sup> de 1945 a 46, no terceiro e quarto anos, tanto que o manifesto da faculdade saudando a queda do Getúlio e do Estado Novo foi redigido por mim e por um rapaz que depois foi deputado do PR mineiro, chamado Ciro Maciel. A faculdade era maciçamente antigetulista.

*Sua família também era antigetulista?*

Minha família não tinha muita posição. A sensação que eu tenho é de que aquele longo período de ditadura como que amorteceu o pensamento político da classe média em geral. Meu pai era juiz no interior de Minas, onde quem cuidava da política era Benedito Valadares. Até pela profissão, meu pai era inteiramente apolítico, e o que ele conversava de política era sobre o Valadares. Não me lembro, realmente, de muita conversa política, a não ser, como disse, conversas de reminiscências dos tempos das lutas antigas do estado do Rio. A faculdade é que foi o caldeirão. Foi quando descobri que existia um Partido Comunista na clandestinidade. Quando ele voltou à legalidade, com a queda do Estado Novo, descobrimos que era um partido organizado. Havia vários colegas com quem fazíamos política estudantil de cujas posições mais ou menos suspeitávamos, mas não sabíamos que eles eram filiados ao Partido Comunista, nem que existia uma atividade política clandestina. Essa era a turma mais politizada da faculdade. Além disso, evidentemente, havia a corrente libertária, amplamente majoritária.

*Nesse final do Estado Novo, como o senhor se colocava diante da UDN?*

Comecei evidentemente engajado na luta anti-Estado Novo, anti-Getúlio, e era inevitável que isso levasse você para uma simpatia pela UDN, embora logo em seguida eu tenha me aproximado muito mais da Esquerda Democrática.<sup>2</sup> Nunca fui

<sup>1</sup> Sigla do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. A entidade foi criada em 1916 pelos estudantes da então Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e ao longo dos anos assumiu posição destacada no movimento estudantil brasileiro. Ver *DHBB*, op. cit.

<sup>2</sup> Grupo de intelectuais e políticos de tendência predominantemente socialista que se reuniu nos primeiros meses de 1945 para consolidar a oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. O movimento surgiu publicamente em 12 de junho de 1945, ao apresentar uma moção de apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, lançada pela União Democrática Nacional (UDN). Em agosto de 1946 a Esquerda Democrática se transformou em partido político e em agosto de 1947 passou a se chamar Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ver *DHBB*, op. cit.

nem filiado nem militante de partido, mas as minhas simpatias iam para a Esquerda. Eu me lembro de que já resisti, na faculdade, quando o brigadeiro Eduardo Gomes foi eleito patrono da minha turma. Achava que era pouco adequado um ex-candidato candidato a presidente da República, político militante, ser patrono de uma turma da faculdade.

*Fez parte das suas cogitações ser advogado, exercer a profissão?*

Fez. Pretendia ser advogado. Estudei, fui bom aluno, me formei. Não tive problema nenhum para passar. Não era o primeiro da turma, mas estava no primeiro lote. Em algumas matérias, tinha muito bom rendimento. De direito penal, por exemplo, eu gostava muito. O professor, Demóstenes Madureira de Pinho, também influenciava. Mas a minha idéia era trabalhar, tanto assim que casei no fim do quarto ano. Fiz um concurso público quando estava no Exército e quando dei baixa tinha dois lugares para escolher. O quinto ano, já fiz trabalhando, desligado da atividade política da faculdade. Aliás, a cabeça do quintanista naquele tempo mudava muito: o sujeito já começava a sair da faculdade e a cair na vida, começava a trabalhar.

*Que emprego público foi esse que o senhor teve no início da vida?*

Eu era técnico de propaganda alimentar no Saps, aquele Serviço de Alimentação da Previdência Social. Quando fui trabalhar em jornal, já depois de formado, ia para a redação de manhã muito cedo, ficava das sete às 11 horas, saía, pegava no Saps e lá dava o expediente todo.

### **O aprendizado do jornalismo: A Notícia**

*No tempo da faculdade o senhor já escrevia em jornais?*

Participei muito do jornal da faculdade, *A Crítica*, e fiz alguns artigos para a revista da faculdade, *A Época*, que no meu período teve uma fase de ouro, porque o Capanema<sup>3</sup> deu condições materiais. Ciro Maciel era o diretor e fez uma revista de primeiríssima qualidade. Tenho alguns exemplares em casa, é uma revista excepcional. Mas foi uma atividade jornalística muito reduzida, passageira. Se eu for ler esses textos hoje, sei que vou morrer de constrangimento, pela ingenuidade.

Acho que a minha primeira experiência em jornal, realmente, aconteceu num jornal extraordinário, um jornal de férias. Meu pai, nesse tempo, era juiz em Araguari, no Triângulo Mineiro. Araguari era uma cidade já muito desenvolvida, e um centro de correntes estudantis. Algumas vinham de Belo Horizonte, mas muito poucas, porque Araguari era uma cidade praticamente paulista — na época, toda a cabeça do Triângulo Mineiro era paulista: torcia-se pelos clubes de futebol de São Paulo, estudava-se em São Paulo, era muito mais perto ir a São Paulo do que a Belo Horizonte. E havia também a turma do Rio. Nós nos reuníamos nas férias da faculdade, e daí surgiu um jornalzinho chamado *O Grã-Fino*, que teve um sucesso fantástico na cidade. Era um jornal de futrica, de fofoca, mas fez muito sucesso. E revelaram-se lá algumas vocações que eu até hoje lamento que não tenham continuado no jornalismo, porque eram sujeitos que escreviam admiravelmente bem: Calil Canut e

---

<sup>3</sup> Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde.

Herval Gomides. Revi o Calil em Araguari 30 anos depois, quando voltei lá com Tancredo Neves.

*Como foi sua entrada no jornalismo profissional?*

Caí no jornal mais ou menos por acaso, e foi um deslumbramento. Na verdade, entrei no jornalismo por necessidade de pagar o parto do meu segundo filho, uma cesariana que custou 13 contos. Naquele tempo, era dinheiro pra burro: eu ganhava no Saps um conto e pouco, eram uns seis meses de salário. Foi portanto a necessidade de pagar uma dívida que me levou a procurar um segundo trabalho. Meu sogro, Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, lembrou que eu podia entrar no jornalismo. Tinha sido jornalista muito tempo, era amigo de mocidade do Cândido de Campos e me deu um bilhete para eu me apresentar a ele n'A *Notícia*.<sup>4</sup> Cândido de Campos me mandou para o Silva Ramos, que era quem realmente dirigia o jornal, e o Silva Ramos me recebeu com essa frase de que nunca me esqueci: “Seu sogro está dizendo aqui que você é bacharel, mas isso não quer dizer que você seja necessariamente analfabeto. Tira o paletó, senta aí!”

Foi assim que eu comecei. Com seis meses de jornal, caí por acaso na política e nunca mais deixei esse batente. Comecei em 1948, portanto em 1998 faço 50 anos. No dia 27 de novembro, segundo a carteira de trabalho. Essa data, inclusive, é fajuta, porque é a data do registro profissional, e trabalhei alguns meses sem registro, como todo mundo fazia na ocasião. Depois que o foca revelava disposição de continuar, havia quase como a efetivação no jornal, e aí ele era registrado.

A *Notícia* foi a minha grande escola. Trabalhei lá 30 anos, só não trabalhei quando o jornal fechou. A *Notícia*, para mim, foi uma experiência fantástica, porque era um jornal popular. Quem tem a imagem d'A *Notícia*, hoje, não tem uma pálida referência do que era o jornal antigamente. Era um jornal popular, mas um jornal cuja primeira página era política. Entrei em 1948, Getúlio tinha caído em 45, o Congresso já estava funcionando. Não peguei a Constituinte de 46, mas peguei uma fase de ouro do Congresso — uma fase dourada, pelo menos. Para nós aquilo era um espetáculo, porque foi o último período da grande eloquência, dos grandes oradores, em que a tribuna era um show, uma atração: o grande orador enchia o plenário de pessoas que

---

<sup>4</sup> A *Notícia*, jornal carioca diário e vespertino, circulou em sua primeira fase de 17 de setembro de 1894 a 4 de julho de 1979. Foi fundado pelo jornalista de origem portuguesa Manuel de Oliveira Rocha, conhecido como Rochinha, e na época provocou impacto nos meios jornalísticos por sua forma gráfica arrojada e seu estilo inovador. Em 1924, Cândido de Campos assumiu a propriedade do jornal, que iria caracterizar-se como porta-voz das idéias do governo, a tal ponto que em 1930, com a vitória da revolução, foi incendiado por populares. Reaberta tempos depois, A *Notícia* tornou-se, por influência do novo secretário de redação Silva Ramos, um jornal de denúncias sensacionalistas extremamente popular. Em 1950, Cândido de Campos vendeu o jornal a Ademar de Barros e Chagas Freitas, passando este último a dirigi-lo. A linha do jornal foi mantida, mas o noticiário político foi fortalecido, já que Ademar queria usar A *Notícia* como base para a penetração do Partido Social Progressista (PSP) no Rio de Janeiro. Quando Ademar foi obrigado a exilar-se, em 1952, Chagas Freitas tornou-se sócio majoritário do jornal, o que deu origem a longo litígio. Sob Chagas Freitas A *Notícia* tornou-se cada vez mais um par do matutino *O Dia*, também de sua propriedade. Ambos os jornais tiveram importância decisiva para a carreira política de Chagas Freitas na Guanabara e para o controle que este veio a exercer sobre o MDB carioca. A segunda fase de A *Notícia*, comprada por Ary de Carvalho, teve início em 2 de maio de 1991. O jornal hoje traz matérias que tratam de sexo e violência. Ver *DHBB*, op. cit.

não tinham nada a ver com aquilo, pessoas que eram atraídas pelo brilho oratório, pela rixa que estava sendo travada ali. Um discurso anunciado do Carlos Lacerda, do Otávio Mangabeira, do Góis Monteiro, do Afonso Arinos, especialmente encaixado em uma controvérsia política importante, lotava a Câmara.

*Além do clima da época, por que A Notícia foi para o senhor uma grande escola?*

Primeiro, pelo seguinte: n'A *Notícia*, você se despojava, se despia de toda a frescura que por acaso tivesse quando chegava ali. Qualquer presunção literária, qualquer grã-finismo, tudo isso acabava, porque a redação era pra valer. Mesmo quando estava começando, freqüentemente eu fazia matéria de primeira página, porque não havia essa história de cobrir setor. Dois ou três copidesques ficavam na redação refazendo as matérias, e o resto, a turma da briga, cobria tudo. A única coisa separada no jornal era esporte — separada e desdenhada, porque a turma trabalhava numa salinha e quase não se tinha muito contato com eles. Nós não tínhamos nenhum tipo de discriminação contra os esportes, mas era evidente, naquele tempo, que era considerado uma atividade de segunda ordem.

*Como era organizada internamente A Notícia? Direção, instalações etc.?*

Quem dirigia tudo, como já disse, era o Silva Ramos: Francisco Otaviano da Silva Ramos. Fantástico cozinheiro de jornal, em um tempo em que o secretário do jornal acumulava funções que hoje são exercidas por 10, 12 pessoas. O secretário era o editor chefe, o subeditor, o secretário da redação, o editor de política, o editor de economia, o editor de esporte, tudo passava por ele.

O jornal funcionava num conjunto de salas num segundo andar da avenida Rio Branco, do tamanho de um apartamento médio de três quartos. A redação era uma sala comprida, com uns cinco, seis metros de frente, dando para a avenida Rio Branco, e uns 15 metros de profundidade. Havia um mesão no meio, onde a maior parte da turma desunhava as matérias na munheca. Alguns, muito poucos, escreviam a lápis, aquele lápis preto Faber nº 1, mas a grande maioria escrevia a caneta tinteiro, e generosamente a empresa fornecia uma tinta vagabunda. Papel era apara de bobina cortada a faca. Foi um enorme progresso quando se comprou uma guilhotina para, pelo menos, as laudas saírem com uma margem limpa... Naquele tempo não havia paginação, paginava-se na oficina. No caso d'A *Notícia*, você nem via a paginação, porque o jornal era impresso na gráfica do *Diário de Notícias*, na praça Tiradentes. Enfeitava-se a primeira página com o começo das matérias principais e jogava-se a sobra no corte. Havia página inteira de corte. Mas a manchete d'A *Notícia* era — o que era incrível para um jornal popular — um comentário político.

*Qual era a tiragem d'A Notícia?*

Lembro-me que se comemorou com um cafezinho quando a tiragem bateu em 100 mil exemplares. É o que tira o *Jornal do Brasil*, hoje, aos domingos... A *Notícia* tinha a pretensão de disputar com *O Globo* e encostava no *Globo*, que não tirava muito mais do que 150 mil.

### **A cobertura política no fim dos anos 40, início dos 50**

*Como era feita a cobertura da Câmara dos Deputados na época em que o senhor começou a trabalhar em jornal?*



Havia vários setores de cobertura. A cobertura do *Correio do Povo*<sup>5</sup> era a mais completa do país, de uma página inteira. Não havia um discurso na Câmara, por mais insignificante, que o *Correio do Povo* não registrasse. Era uma matéria estilo relatório, feita pelo Francisco de Paula Job e depois pelo José Barriga Filho, quando o Job morreu. O Job desenvolveu uma taquigrafia própria e pegava os discursos praticamente na íntegra. Registrava tudo e depois resumia.

Já o *Correio da Manhã* dava quase toda a última página, e quem fazia era o Heráclio Salles, que morreu há pouco tempo. Esse era um primoroso escritor, um grande cronista do Congresso da minha época, e acho que de todos os tempos. O Heráclio hierarquizava a sessão. Contava uma história da sessão que podia começar por um aparte no final do expediente. Fazia uma reportagem, uma crônica, tanto que só começava a escrever depois de terminada a sessão. Ele então ia para o jornal e aí é que ia montar a crônica do dia. Não tinha nenhuma preocupação de registrar tudo o que tinha acontecido.

Quando havia um grande discurso, era muito comum os jornais o tirarem da página da Câmara e o publicarem na íntegra, em páginas inteiras. Os grandes discursos do José Américo, do Góis Monteiro, os discursos políticos mais importantes, freqüentemente eram dados na íntegra porque havia uma grande avidez da classe média, do leitor de elite, pela política, que tinha ficado 15 anos soterrada.

*Os jornais cobriam também o Senado?*

Sim. Todo jornal matutino tinha uma seção da Câmara e outra do Senado. O Senado era coberto com bastante generosidade de espaço, mas o destaque era menor que o da Câmara. E havia ainda a reportagem política, que convivía com essas seções, e na qual nós tínhamos um outro tipo de preocupação. No *Correio da Manhã*, por exemplo, o Costa Rego tinha uma grande implicância com a política, achava aquilo uma coisa subalterna, fofoca etc. Uma das descobertas do Heráclio foi embutir a cobertura política na seção da Câmara. Quer dizer, ele encaixava a crise política na moldura da crônica parlamentar.

Naquela época, na reportagem política, nós cobríamos o quê? Articulação política. Como as fontes de acesso direto ao governo eram muito difíceis, muito escassas, como não tínhamos acesso ao presidente da República — lá uma vez ou outra alguém conversava, todo presidente tinha um ou outro repórter da sua preferência, mas quem fosse fazer cobertura política dependendo do acesso ao presidente iria morrer de fome —, tínhamos que cobrir o dia-a-dia basicamente através da Câmara e do Senado. Havia também os ministros mais políticos que nós freqüentávamos: o ministro da Justiça eventualmente, ou freqüentemente o ministro da Fazenda, que tinha uma face política importante. Finalmente, havia os partidos. Cobríamos as reuniões partidárias: a famosa reunião das quartas-feiras da UDN, que era aberta; as reuniões do PSD, que eram episódicas, convocadas especialmente, e em geral constituíam um grande acontecimento político; e até as reuniões dos partidos menores, o PR, o PTB etc. As reuniões do PTB eram sempre na base do escândalo. O

---

<sup>5</sup> Jornal gaúcho fundado em Porto Alegre em 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Jr. e ainda hoje em circulação, o *Correio do Povo* tinha uma sucursal no Rio de Janeiro na rua Quitanda encarregada da cobertura da Câmara dos Deputados. Ver *DHBB*, op. cit.

PTB carioca era o PTB da pelegada, muito ruim. A limpeza do PTB, a valorização do partido, sua respeitabilidade, veio muito da seção gaúcha, que tinha em Alberto Pasqualini a sua principal estrela. Mas tinham também Brochado da Rocha, Temperani Pereira, Fernando Ferrari, que era meio ingênuo mas era um sujeito sério, Rui Ramos, um orador torrencial...

*Enquanto isso o PTB carioca era politicamente fraco, muito colado aos órgãos do Ministério do Trabalho...*

Era a pelegada. O partido era a sanguessuga da Previdência Social. Havia algumas figuras melhores: Segadas Viana, um deputado razoável, mas também muito ligado a essa área. O PTB carioca era um lixo.

*Havia Lutero Vargas...*

Lutero não tinha importância nenhuma. Ele não chegou nem a ser filho do Getúlio. O filho político do Getúlio era a Alzira, não é?... Mas enfim, cobríamos a vida política que escoava pelos discursos parlamentares.

*O senhor fazia esse tipo de cobertura mesmo num jornal popular como A Notícia?*

Sim, mas o grosso da minha atividade para *A Notícia* era feito de manhã, de modo que eu não cobria o parlamento diariamente. Chegava no jornal às sete horas da manhã e pegava aqueles políticos que acordavam cedo, que atendiam o telefone cedo. As reuniões de partido também eram feitas de manhã. Uma coisa que hoje é impensável é a repercussão do grande discurso parlamentar, ou o anúncio do grande discurso parlamentar. Num dia qualquer, por exemplo, fulano de tal ia fazer um discurso importante na Câmara ou no Senado. Você amanhecia na casa daquele sujeito para tentar antecipar o discurso, quer fosse um discurso escrito — porque muitos davam cópia, passavam um resumo —, quer fosse um discurso de improviso — porque sempre havia uma linha memorizada.

*Essa agitação da vida parlamentar o seduzia, o fascinava?*

Sem dúvida: eu, que era um jovem de classe média tijucano, de repente passei a conviver com grandes figuras da República, a conversar de igual para igual com as lideranças, com políticos famosos, até porque havia muita gente jovem na Câmara, as idades eram muito próximas. Conheci por exemplo o José Sarney, e ele tinha a minha idade, deve ser um pouquinho mais moço do que eu. Da mesma forma travei conhecimento com vários deputados. De repente, eu via o poder se decidindo ali, na minha frente. Via nascerem as crises, via se desenvolverem as crises. Era muito bom poder conviver com aquela gente, poder escrever sobre aquilo, enfim, tentar entender o que acontecia. Mas devo dizer que o meu amadurecimento como repórter foi muito lento, porque eu sou uma mediocridade bem administrada... Até pegar o traquejo, a malícia na avaliação das coisas, na análise, demorou muito.

### **Vida de repórter**

*Quando começou a trabalhar n'A Notícia, o senhor também colaborava em outros jornais?*

Fiz incursões por outros jornais. Acumulava. Por exemplo, fui quase fundador da *Tribuna da Imprensa*. Fui fundador d'*O Dia*.<sup>6</sup> Chagas Freitas se dava muito bem comigo e me convocou. Foi o primeiro matutino em que eu trabalhei, também jornal popular.

*Seu assunto n'O Dia também era política?*

O primeiro secretário d'*O Dia*, quando o jornal foi lançado, era o Santa Cruz Lima. Ele me disse: “Ô Villas, esse negócio de partido aqui, no tipo de jornal que eu vou fazer, que vai ser um jornal muito popular, é muito chato. Vê se você bola uma coisa mais popular.” Eu então aproveitei a fórmula que o Heráclio Sales criou com Café Filho no *Correio da Manhã* numa faixa mais nobre, mais elitista, e resolvi ampliar para temas populares: “Vamos fazer reportagens com parlamentares” — era o meu encaixe. E assim criamos os “Comandos parlamentares” d'*O Dia*. Como é que funcionava? Às quartas-feiras, eu marcava encontro com dois, três deputados, raramente com senador. Não necessariamente do Rio — usei muitos parlamentares de outros estados. Mas era mais fácil o deputado do Rio, porque ele evidentemente tinha interesse em aparecer. Breno Silveira, por exemplo, que era um deputado muito bem disposto, praticamente passou a ser efetivo nos “Comandos”. Estava sempre pronto. Mas eu dosava e variava muito, porque dependia do assunto. Por exemplo, na faixa de penitenciária, de distrito etc., levava o Tenório Cavalcanti, porque era um show à parte. Durou uns três anos essa história de “Comandos”. Parou quando Chagas Freitas entrou na política, porque criou-se uma situação de constrangimento.

*Se estamos entendendo bem, esses “Comandos” eram reportagens em que o senhor se fazia acompanhar de parlamentares?*

Sim. E nunca fomos barrados em lugar nenhum. Naquele tempo, a carteira de deputado abria qualquer porta. Chegávamos: “Comandos Parlamentares!”, e entrávamos todos juntos. Não pedíamos licença, não. Invadimos o Arsenal de Marinha, invadimos o presídio da Ilha Grande às três da madrugada. Quando o diretor acordou, já estávamos lá dentro havia muito tempo. Eu escolhia o assunto. No princípio lembro-me de que quebrava um pouco a cabeça para procurar o assunto, mas depois os assuntos me procuravam, e era até preciso selecionar. O parlamentar nunca sabia aonde ia — isso era uma regra dos “Comandos” —, a não ser nos casos excepcionais. Por exemplo, para a Ilha Grande fomos de madrugada e voltamos no dia seguinte. Como é que você ia pegar um deputado e dizer: “Entra no carro que vamos para a Ilha Grande”?

*Os deputados lucravam com isso, conseguiam dividendos políticos?*

Sim, porque repercutia na mídia, e *O Dia* era uma grande vitrine na época. Algumas denúncias repercutiam no Congresso. O grande mote era a denúncia. Em geral, tentava-se apurar denúncias que chegavam. Denúncias de todos os tipos, desde violência policial até roubalheira.

<sup>6</sup> Jornal carioca diário e matutino fundado em 5 de julho de 1951 por Chagas Freitas, que na época era co-proprietário de *A Notícia*, ao lado de Ademar de Barros, *O Dia* serviu para a ampliação do prestígio político pessoal de Chagas. Com uma linha popular semelhante à de *A Notícia*, acabou por suplantar-la, já que as mesmas notícias eram publicadas com diferenças de horas. Hoje de propriedade de Ary de Carvalho, continua em circulação. Ver *DHBB*, op. cit.

*Qual era o papel do parlamentar nos “Comandos”? Ele de uma certa maneira validava a reportagem?*

Ele abria as portas e garantia a repercussão. Valorizava a fotografia, valorizava a matéria. Com o deputado, eu não precisava marcar nada, entrava em qualquer lugar, a qualquer hora. Vou contar dois ou três casinhos, rapidamente. Um, pitoresco. Um dia, o Breno Silveira propôs visitar uma colônia de pesca. Fomos lá com dois deputados, não lembro quem era o outro, e não havia nada de interesse. Aquela coisa de colônia de pesca, muita dificuldade e tal, eu já desanimado com a historinha frouxa. De repente, paramos numa birosca, ficamos conversando com o birosqueiro, chega um bode, e ele serve um copo de cachaça ao bode. Perguntei: “Que negócio é esse? Esse bode é cachaceiro?” Ele disse: “Ah, esse bode ninguém sabe de quem é, não tem dono, apareceu, está sempre aqui em volta, e é um cachaceiro. Todo mundo paga bebida pra ele. É popularíssimo.” Como todo bode, se chamava Cheiroso. Fiquei curioso, chamei o Parreira, que era o meu fotógrafo, e ele fez uma foto do bode bebendo cachaça no bar. Fiz a reportagem sobre a colônia e um box com a história do bode. Poucas vezes fiz uma coisa de tanto sucesso. Onde eu ia, me perguntavam pelo bode. Uma matéria boba, não é?

Outra ocasião recebi denúncia de que numa dependência do SAM de meninas, em Vila Isabel, havia uma pancadaria violenta. Convoquei o Tancredo Neves, que era ministro da Justiça, e perguntei se ele queria fazer um comando comigo. Ele já tinha participado de um comando, como deputado. Lá fomos nós. Na casa, aquela bagunça horrível. Botavam moças demais, prostitutazinhas, coitadas, tudo embolado, a cama não tinha colchão. Espetáculo horrível. Mas não vimos evidência de violência, às duas da manhã, quando chegamos. Tancredo Neves levou o carro da Polícia Militar para arrebentar o portão... Cheguei perto de uma menina e perguntei: “Me disseram que aqui o pau canta, mas não estou vendo nada.” Uma delas respondeu: “O senhor vai ali e levanta o colchão da cama daquela inspetora, que é a braba daqui. Mas cuidado, disfarça, ela não pode saber que o senhor vai lá.” Chamei o Parreira, chamei o Tancredo, e quando levantamos o colchão vimos uma coleção de porretes, tudo manchado de sangue, com cabelo de gente, um horror! Tancredo fechou na hora o centro de tortura do SAM.

*Saiu uma matéria sobre isso?*

Saiu, foi um escândalo! Rendeu discursos na Câmara, o diabo a quatro. Na Ilha Grande, entramos de madrugada, o diretor era um primo do João Goulart, que era o homem forte do Getúlio, e foi demitido de manhã cedo. Uma vez, estava no jornal à tardinha e recebi um telefonema. Uma voz meio estranha: “Seu Villas, eu sou aqui da penitenciária de Bangu, e nós vamos fazer um levante na hora do jantar.” Corri na Câmara, arranjei dois deputados, fotógrafo, e fomos para lá. Chegamos pouco antes da hora, percorremos a penitenciária e dissemos que íamos assistir ao jantar. No começo do jantar, estourou a revolta, os presos começaram a jogar pratos. Fizemos fotos fantásticas. Uma rebelião! O pessoal jogava prato para o ar, aquela gritaria etc. Éramos o único jornal presente. Agora, visitamos também a Biblioteca Nacional, Manguinhos, corremos toda essa praça.

*Além de Breno Silveira e Tenório Cavalcanti, quem mais participava desses comandos?*

Gama Filho. Por exemplo, nesse da penitenciária foram Breno, Tenório e Gama Filho. Lopo Coelho também participava. Já esse era um deputado para os assuntos do funcionalismo público, da área administrativa. Gurgel do Amaral, do PTB, levei a vários, também. Segadas Viana. Não fazia seleção partidária. Íamos descobrindo o deputado mais disposto a ir. Levei, por exemplo, o velho Heitor Beltrão à favela. Existe uma fotografia linda do Beltrão comendo caranguejo na favela. Frota Aguiar, outro parceiro freqüente. Levei senadores também. Nunca levei vereadores. Não os conhecia, nunca fui à Câmara de Vereadores. Não é que eu tivesse qualquer tipo de preconceito, é que não era a minha área.

*Além d'A Notícia e d'O Dia, o senhor também trabalhou no Diário de Notícias,<sup>7</sup> no Estado de S. Paulo,<sup>8</sup> no Jornal do Brasil... Poderia recuperar essa cronologia?*

Fui para o *Diário de Notícias* chamado pelo Odylo Costa filho, pouco antes do suicídio do Getúlio. Havia uma seção no *Diário de Notícias*, “Notas políticas”, que era feita por vários jornalistas — quando entrei, éramos Odylo, Heráclio, que deixou a crônica parlamentar do *Correio da Manhã* e foi para lá, Pedro Gomes e eu. Cada um encaixava a sua nota ali. Às vezes, um tinha uma nota muito importante e dizia: “Hoje eu faço sozinho.” Mas essa fase de muita gente durou pouco: Pedro Gomes saiu logo, Odylo foi convocado pelo presidente Café Filho,<sup>9</sup> e ficamos Heráclio e eu. Foi uma fase curiosa, porque eu era chefe do Heráclio no *Estado de S. Paulo*, e ele era meu chefe no *Diário de Notícias*.

*Como foi a entrada no Estado de S. Paulo?*

Aconteceu o seguinte: no *Diário de Notícias*, estreitei a convivência com Osório Borba, uma figura estelar da imprensa brasileira, um velhinho de uma dignidade absoluta, meio ranheta, meio mal humorado, embora fosse muito bem humorado na convivência. O Borba fazia, no *Diário de Notícias*, crônicas assinadas; mas praticamente trabalhava na editoria política botando títulos e reescrevendo telegramas, porque não tinha informação política, e sim um belíssimo texto. Além disso, fazia no *Estado de S. Paulo* uma cronicazinha que abria o noticiário político. Acontece que o Borba, por duas ou três vezes, foi convocado para a Câmara como suplente de deputado por Pernambuco, do Partido Socialista Brasileiro, e me pedia para substituí-lo no *Estado de S. Paulo*. Até que um dia ele me disse: “Olha, Villas, eu não agüento mais esse negócio de fazer crônica no *Estado de S. Paulo*. Eu não tenho mesmo informação, fico aí cafetinizando vocês, pedindo coisas... Eu não quero mais

<sup>7</sup> O *Diário de Notícias*, diário e matutino carioca, foi fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas e saiu de circulação em 1974. Ver *DHBB*, op. cit.

<sup>8</sup> Jornal paulista diário e matutino fundado em 4 de janeiro de 1875 com o nome de *Província de S. Paulo* por um grupo liderado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 1885, ingressou em sua redação Júlio César Ferreira de Mesquita, que em pouco tempo passou a diretor. Desde então, a direção do jornal permaneceu nas mãos da família Mesquita. Ver *DHBB*, op. cit.

<sup>9</sup> No governo Café Filho (agosto de 1954 a novembro de 1955), o jornalista Odylo Costa filho foi secretário de Imprensa da Presidência da República e superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. Ver *DHBB*, op. cit.

essa merda, não. Vou sair e vou indicar você.” E me indicou. Fiquei fazendo então *A Notícia*, o *Diário de Notícias* e *O Estado de S. Paulo*. Mais tarde, o *Diário de Notícias* começou a entrar em parafuso, o Odylo foi para o *Jornal do Brasil*, e eu também fui. A partir daí fiz durante muito tempo três seções diárias em três jornais: *A Notícia*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*.

*O senhor foi para o Jornal do Brasil com o Odylo Costa filho, na época em que ele foi atuar na reforma do jornal?*<sup>10</sup>

Fui. E a primeira seção de análise política — “Coisas da política” —, de cobertura política propriamente dita, no *Jornal do Brasil*, quem fez fui eu, quando o Odylo foi para lá. Depois que o Odylo saiu, ainda fiquei. Quando da mudança da capital, o *Jornal do Brasil* me convidou para instalar e dirigir a sucursal em Brasília. Uma proposta milionária, na época: teria direito a uma Rural Willys zero km, hotel em Brasília, passagem para o Rio duas vezes por mês... Fui então a São Paulo falar com o dr. Júlio de Mesquita Neto: “Já que *O Estado de S. Paulo* não se interessou por mim, estou com essa proposta do *Jornal do Brasil*...” Ele me disse: “Tudo bem, Villas, eu compreendo. Você faça a sua opção profissional. Nós não mandamos você para Brasília porque queremos você no Rio, porque não queremos despir um santo para vestir outro. E é uma bobagem você pensar que a capital vai mudar logo para Brasília. Não vai. Vamos ter duas capitais durante muito tempo. Aconteceu assim com Washington e Nova York. De modo que nós queremos você no Rio. Mas se você quer ir com o *Jornal do Brasil* para Brasília, tudo bem.” Recuei: “Bom, se é assim, eu fico no Rio.” Não estava muito entusiasmado em ir para Brasília naquela hora, não. Aquilo era uma bagunça. Fui até lá várias vezes e me espantei com a improvisação. Aquilo não tinha nada. Foi nessa hora que eu me despedi do *Jornal do Brasil* e fiquei na sucursal do *Estado de S. Paulo*.

*Na sua vidade repórter político o senhor também teve uma experiência no rádio, não é?*

Tive. Curta e grossa. No governo Café Filho, o Odylo foi superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União: *A Noite* e Rádio Nacional. A Rádio Nacional era a TV Globo de hoje. O Odylo resolveu fazer lá uma seção política e chamou a mim e ao Carlos Castello Branco. Nós cobrimos a eleição do Juscelino de maneira exemplar. Ouvimos todos os candidatos. O programa tinha meia hora por dia, em horário nobre, e era dividido em dois blocos: Castello escrevia um pingue-pongue com as notícias do dia, que era lido por dois locutores, os melhores da Rádio Nacional da época, e eu fazia uma entrevista parlamentar na Câmara, ou com um ministro etc. Raramente por telefone, porque era muito ruim. Usávamos aqueles primitivos gravadores. Era uma traquitana do tamanho dessa mesa, com duas alças. Telefonava

<sup>10</sup> A chamada reforma do *Jornal do Brasil* teve suas origens em 1953. Nesse ano, após o falecimento do conde Pereira Carneiro, assumiu a direção do jornal sua viúva, Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, a Condessa, que encarregou seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito, de renovar o equipamento gráfico. Em 1956 fizeram-se sentir as primeiras alterações, quando Reinaldo Jardim criou o Suplemento Dominical. Em seguida Odylo Costa filho foi convidado a coordenar a reformulação do *JB* e, para fazê-lo, convocou uma equipe de jovens jornalistas. Mesmo após a saída de Odylo, em 1958, as reformas prosseguiram, consolidando-se com a entrada de Alberto Dines, em 1961. Ver *DHBB*, op. cit.

para a Rádio Nacional, saía um jipe com esse caixão, o técnico e o motorista. O motorista pegava numa das alças na hora de subir com aquela geringonça para a Câmara, aquilo era instalado num daqueles nichos do Palácio Tiradentes,<sup>11</sup> e eu ia buscar o deputado, que já tinha convidado, para dar a entrevista. Depois montava o programa na rádio. Chamava-se “Antena política”. Depois disso, fiz na Rádio Jornal do Brasil um pequeno comentário diário. Mas como complemento do que eu fazia no jornal. Era só subir um andar.

*O senhor hoje escreve no Jornal do Brasil e faz comentários políticos na TV Manchete. Como foi sua volta ao Jornal do Brasil?*

Só voltei para lá quando me aposentei do *Estado de S. Paulo*, em 1980. Na época houve a fusão das duas sucursais, do *Estadão* e do *Jornal da Tarde*, fui eu que propus a fórmula, mas a maneira como foi realizada foi muito pouco ética, e fiquei querendo sair. Tinha que esperar apenas mais um tempinho para sair bem. Oliveiros Ferreira me garantiu que ia cavar para mim um complemento de aposentadoria pela Fundação Júlio Mesquita. Na época era importante, hoje não é mais. Esperei, até completar o tempo para sair, e saí com o esquema armado. Fui para a *Isto é* desde o número zero, junto com o Mino Carta, e já tinha sido convocado pelo Fernando Barbosa Lima para fazer o programa “Abertura”, na TV Tupi. Eu me aposentei com essas duas atividades. Mas me desentendi na *Isto é* e me despedi com um telex malcriado. Foi o meu último gesto juvenil, mas irreversível, porque toda a redação tomou conhecimento. A Tupi, por sua vez, fechou, e fiquei desempregado. Passei uns três ou quatro meses miseráveis, me sentindo um bagaço, quando o Paulo Henrique Amorim me convidou para ir à casa dele tomar um uísque. De madrugada, na calçada, ele me disse: “Eu queria te convidar para o *Jornal do Brasil*.” Respondi de pronto: “Aceito.” Ele: “Mas você não sabe o que é!” Completei: “Qualquer coisa. Segurança? Aceito!” Ele esclareceu: “Não, chefe da seção política.” Não queria mais ser chefe de nada, mas aceitei. Aí fui para o *Jornal do Brasil*. Fui editor político alguns anos, houve lá um início de uma crise interna, e aproveitei a oportunidade para cair fora da editoria e passar a fazer reportagem, matérias, artigos e crônicas, duas vezes por semana. Atualmente faço mais umas coisinhas, dou uns palpites na pauta.

### **Jornalismo político: do partidarismo ao profissionalismo**

*Voltando aos anos 50, que jornais naquela época faziam uma cobertura política realmente importante no Rio de Janeiro?*

Se vocês quiserem uma hierarquia, é o seguinte: havia mais ou menos 17, 18 jornais no Rio. Certamente, disparado, o *Correio da Manhã* era o mais importante, com mais peso político; o *Diário de Notícias* era o segundo, pela respeitabilidade. Era um jornal mais duro, menos malicioso. Nós melhoramos muito o *Diário de Notícias*

---

<sup>11</sup> O Palácio Tiradentes, inaugurado em 6 de maio de 1926, serviu de sede à Câmara dos Deputados até 1937, alojou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, abrigou a Assembléia Constituinte em 1946 e novamente a Câmara dos Deputados até a mudança da capital para Brasília em 1960. Depois disso abrigou a Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara (1961) e a Assembléia Legislativa da Guanabara (1961-1963). A partir de 1975, tornou-se a sede da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Ver Israel Beloch e Carlos Eduardo Sarmento, *Palácio Tiradentes: 70 anos de história* (Rio de Janeiro, Alerj-Memória Brasil, 1996).

— quer dizer, o Odylo e a equipe que ele levou. Em seguida vinha *O Jornal*, dos Diários Associados, que tinha o seu peso; o *Diário Carioca*, um jornal muito vivo, muito inteligente, mas de tiragem relativamente pequena. Depois os jornais mais populares: *Gazeta de Notícias*, *O Dia*, de grande tiragem mas sem peso político. Os vespertinos eram *O Globo*, no princípio, *A Noite*, o *Diário da Noite*, um jornal mais escandaloso, dos Associados, *A Notícia*, na área popular, *Correio da Noite*, jornal dos padres, *Vanguarda*, jornal integralista. Entre os matutinos havia também *O Radical*, um jornal da sarjeta do PTB, do George Galvão. Um tipo desclassificado, de baixíssima extração.

*A imprensa nesse período era muito partidária, não é?*

Era. Essa era uma das características da imprensa da época. Aqui no Rio, a maioria esmagadora da imprensa era udenista. O único jornal petebista de que eu me lembro, aqui, era *O Radical*. Depois veio a *Última Hora*, já no segundo governo do Getúlio. Mas o *Diário Carioca* era udenista, o *Correio da Manhã* era udenista, o *Diário de Notícias* era udenista... *O Jornal* às vezes era udenista, às vezes pessedista, porque o Assis Chateaubriand fazia o jogo do interesse. Os jornais sem dúvida eram partidários. Nunca recebi orientação de ninguém do tipo “cubra isto na linha da UDN”, mas era evidente que o jornal o induzia a dar mais destaque às matérias que ele acolhia.

*O senhor viveu a situação de escrever um artigo e o diretor do jornal mudar o seu texto?*

Escrever artigo já é um privilégio muito posterior. No começo, n’*A Notícia* e n’*O Dia*, eu fazia basicamente matérias. Essas matérias não eram assinadas, mas eram identificadas na área, todo mundo sabia o que cada um fazia. Depois, quando fui para *O Estado de S. Paulo*, comecei a fazer o destaque. Destaque, na gíria da redação, era um comentário na terceira página que tinha o título do dia e vinha com uma matéria datada do Rio e outra de São Paulo. O destaque não tinha assinatura, mas todo mundo sabia que era eu que fazia a seção do Rio; depois foi assinado, durante muito tempo, pelas iniciais VBC. Artigo assinado, só mais tarde, no *Jornal do Brasil*, depois de ter feito, lá também, a rimeira crônica política sem assinatura.

*A imprensa teve um papel importante na crise que culminou na morte de Vargas, em 1954. Mas depois desse episódio, o senhor já disse em outra entrevista<sup>12</sup> que teria havido uma “desudenização da imprensa”. Como foi isso?*

Aconteceu o seguinte: na minha geração, nós éramos muito éticos, tínhamos uma grande preocupação ética, e começou a haver uma certa divisão entre o jornalista de posição política, que tinha uma vocação de militância incontrolável — como Prudente de Moraes Neto, um antigetulista militante, anti-Juscelino, o cronista que levantou a tese da maioria absoluta,<sup>13</sup> que depois os políticos pegaram —, quer dizer, entre a turma que fazia política no jornal, e a turma mais profissional, da qual faziam

<sup>12</sup> Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 9 de junho de 1997 para o projeto de atualização do *DHBB*, op. cit.

<sup>13</sup> A tese da necessidade de haver maioria absoluta na eleição presidencial foi levantada pela primeira vez pela UDN em 1951, na tentativa de impugnar a eleição de Getúlio Vargas, e novamente em 1955, contra Juscelino Kubitschek. Ver *DHBB*, op. cit.



parte Carlos Castello Branco, Benedito Coutinho, Oyama Telles, Ascendino Leite, Murilo Melo Filho, Antônio Viana, eu e alguns outros. O Odylo, por exemplo, era um udenista engajado, mas com senso profissional muito agudo. E nós começamos então a lutar, quase que insensivelmente — não foi opção conscientizada —, para nos despregarmos de partidos, para mantermos um noticiário objetivo. Na medida em que o noticiário foi sendo mais identificado com as pessoas, partimos para o noticiário isento.

Entretanto, não foi possível manter isso quando arrebentou a onda contra o Getúlio. A derrubada do Getúlio começou com a *Última Hora*. Toda a imprensa se juntou contra a *Última Hora*, porque ela ameaçava a imprensa: foi uma revolução de salários, de métodos, de maquinaria... De repente, apareceu aquele jornal de rico, pagando salários mirabolantes, requisitando gente, conquistando um enorme espaço, com dinheiro do Banco do Brasil. Os donos da imprensa ficaram contra o patinho feio que nascia em berço de ouro, o berço do Banco do Brasil. E havia também o velho ranço antigetulista. A UDN atirou-se então contra Getúlio com uma fúria desmedida. A tais extremos que Afonso Arinos depois recebeu a gravação do famoso discurso que fez na véspera do suicídio e nunca mais conseguiu ouvir.<sup>14</sup> Foi impossível deter a onda. Mas, com a morte do Getúlio, isso de certa maneira começou a acabar. Embora contra o Juscelino ainda tenha havido uma grande resistência: havia também o udenismo da imprensa contra o Juscelino. Isso estourou, na verdade, com o Jânio. Jânio foi o último falso udenista que teve uma imprensa partidária.

Acho que a profissionalização do jornalismo amadureceu de fato na resistência à “Redentora”. Porque então começamos a execrar os partidos, os partidos que se prostituíram. Não havia ninguém arenista, por exemplo. Uma vez, dei uma definição da Arena numa palestra que fez um sucesso danado: a Arena é a filha da UDN que caiu na zona... Era assim que considerávamos a Arena. E o MDB não era nada, um partideco que não tinha nenhuma importância. A política saiu dos partidos, foi para o governo. E a nossa linha era lutar contra a censura, a tortura, tentar publicar matérias de denúncia. Acho que isso ajudou muito a amadurecer os jornais.

A contribuição fundamental da minha geração brotou basicamente no canteiro da crônica política. Esse tipo de crônica vinha dos primórdios, só que foi mudando. O pioneiro foi Murilo Marroquin, no *O Jornal*. Mas havia também Carlos Lacerda, no *Correio da Manhã*, Pedro Dantas — Prudente de Moraes Neto —, no *Diário Carioca*. No *Correio da Manhã*, Costa Rego, redator-chefe, redigia o artigo político. O articulista político se misturava um pouco com o articulista do jornal. Macedo Soares não era um cronista político, mas era um articulista que tratava de política. Como o Chateaubriand.

---

<sup>14</sup> Em 13 de agosto de 1954, durante a crise final do governo Vargas desencadeada com a descoberta do envolvimento da guarda pessoal de Getúlio no atentado da rua Toneleros contra Carlos Lacerda, o então deputado Afonso Arinos, da UDN, fez um inflamado discurso na Câmara em que dizia, dirigindo-se ao presidente: “Tenha a coragem de perceber que seu governo é hoje um estuário de lama e um estuário de sangue; observe que os porões de seu palácio chegaram a ser um vasculhadouro da sociedade; verifique que os desvãos de sua guarda pessoal são como subsolos de uma sociedade em podridão.” Ver Paulo Brandi, *Vargas: da vida para a história* (Rio de Janeiro, Zahar, 1983).

A crônica política começou afinal a ser assinada. *O Cruzeiro* convidou o Castello para fazer duas páginas, Castello chamou o Coutinho para fazer uma página com notas mais miúdas. E Castello, então, enfrentou o desafio de encher uma página com um texto que era escrito dois, três dias antes de a revista fechar e tinha que sobreviver uma semana na banca, porque a revista, teoricamente, vivia uma semana. Qual era a saída? Partir para a análise. Partir para a especulação, para a prospecção política. E essas análises do Castello eram feitas sempre de um ângulo absolutamente profissional.

*Ou seja, a análise política vai avançando já a partir dos anos 50.*

Ela vai se purificando, se consolidando, deixando de ser partidária, buscando a isenção, a imparcialidade. Isso não aconteceu em toda a crônica ao mesmo tempo, começou primeiro a entrar na cabeça de alguns cronistas. E na minha entrou facilmente, porque descobri que era isso o que eu queria. E realmente, essa obsessão pela isenção fez de mim, hoje, uma pessoa imparcial. Quer dizer, eu vibro com as coisas, me indigno com a ditadura, com a violência, com a desonestidade, mas sou incapaz de torcer para um lado, ou de ter qualquer preconceito, de ter uma atitude preconcebida. Sou incapaz de pegar qualquer entrevista para ser contra, ou para ser a favor. Porque acho que aí você está renunciando ao seu dever de pensar, à sua independência intelectual. Acho desprezível a ortodoxia: você não precisa pensar, recebe o *slogan* e repete aquilo.

### **Mudança da capital, mudança no jornalismo**

*A seu ver, o que a transferência da capital para Brasília, em 1960, representou para o jornalismo político?*

No princípio foi uma calamidade, porque se desmontou um sistema que estava funcionando, adaptado à época, e ele não foi remontado em Brasília. Primeiro, pela improvisação com que Brasília foi inaugurada; depois, pelos problemas de custo. Era muito difícil transferir equipes inteiras para lá; muita gente não quis ir na primeira hora. Havia certa dificuldade de transmissão das matérias. O fato é que, quando a capital foi para Brasília, nenhum jornal, que me lembre, manteve uma seção política de cobertura parlamentar regular. Isso acabou em Brasília. Mas foi só por causa da mudança? Não. Foi porque o Congresso, em Brasília, nunca funcionou regularmente, a semana inteira. Como é que um repórter vai fazer cobertura parlamentar, seção diária, com um Congresso que funciona duas, três vezes por semana? Depois, logo chegou a “Redentora”, que liquidou com o Congresso. Fazer cobertura daquilo era ridículo, não é? Sem dúvida nenhuma, caímos nesse círculo vicioso: como não há cobertura, não se trabalha; como não se trabalha, não há cobertura; como não há cobertura, muita gente também foi se desinteressando. Além da distância, parte da elite intelectual foi se desinteressando da atividade política, e baixou enormemente o nível da representação parlamentar. Ela é hoje mais autêntica? É.

*O senhor continuou no Rio de Janeiro.*

Continuei no Rio de Janeiro. Naturalmente, foram requisitados alguns repórteres para cobrir os claros. Por exemplo, Castello não foi logo, foi com o Jânio. Depois ficou lá. Heráclio foi muito depois. Odylo não foi. Chegou a vez do Fernando Pedreira, do Evandro Carlos de Andrade. Esses começaram a aparecer lá em Brasília.

Carlos Chagas foi muito depois. Os quadros iniciais de Brasília foram meio tumultuados.

*Durante um período, sabia-se de muita coisa pelo Senadinho,<sup>15</sup> aqui no Rio...*

Exatamente. Brasília custou muito a se consolidar como capital. Isso ela deve realmente aos militares. A capital mudou para valer com os militares, e não foi logo com os primeiros, porque até o Costa e Silva o Rio continuava sendo o centro político. E então a cobertura era muito feita aqui, no Senadinho, basicamente, onde se podia encontrar muita gente, senadores, deputados. Eles ficavam vadiando no Rio de Janeiro, e iam até lá. Havia gabinetes, havia funcionários, havia tudo. Só não havia sessão. Às vezes o parlamentar passava mais tempo aqui do que em Brasília. Inclusive ministros. Por exemplo, na fase braba do governo Médici, toda terça-feira, de manhã cedo, eu me encontrava com o Delfim Netto aqui no Ministério da Fazenda. Conversa de meia hora, uma hora, e ele pintava o quadro do governo, falava sobre algumas iniciativas. Nunca mais revi esses textos, mas deve ser até curioso relê-los.

A cobertura política em Brasília mudou brutalmente. A Câmara nunca teve um trabalho rotineiro, e nunca se restabeleceu a cobertura regular. Isso está acontecendo em todo o mundo, não é um fenômeno brasileiro. Brasília apenas acelerou, foi um corte radical. Mudou o estilo, o Congresso deixou de ser freqüentado obrigatoriamente pelo repórter político. O Castello, por exemplo, passou anos sem ir ao Congresso, a não ser quando queria encontrar com alguém lá.

*Aquele repórter parlamentar típico dos tempos do Rio como capital federal deixou de existir.*

Sim, porque o centro da política passou a ser o governo. Antigamente, cobria-se o governo a partir do Congresso porque as fontes do governo estavam no Congresso. As lideranças, os deputados do governo eram as grandes fontes. Isso acabou. Hoje, por exemplo, o governo Fernando Henrique é um governo fácilimo e difícilimo de cobrir. Fácilimo porque é óbvio, é evidente nas suas intenções, nos seus objetivos políticos; e difícilimo porque só há uma fonte boa: chama-se Fernando Henrique Cardoso. Não adianta conversar com outras pessoas. Quer dizer, adianta, mas a fonte boa, realmente, é o Fernando Henrique. Aquele deputado, aquele senador, legendários informantes, do tipo José Cândido Ferraz, Aluísio Alves, Armando Falcão, no governo Juscelino, Vieira de Melo, não existem mais. Antigamente havia o deputado que era boa fonte e havia o deputado que era importante mas não era fonte. Por exemplo, Carlos Lacerda nunca deu notícia a ninguém, porque ele fazia a notícia. Mangabeira não era uma boa fonte de informação, mas era bom para entrevista.

*Existe um perfil da boa fonte?*

---

<sup>15</sup> Nome dado a uma sala do Palácio Monroe, antiga sede do Senado no Rio, onde a imprensa se reunia com políticos vindos de Brasília para debates e entrevistas. O Palácio Monroe foi construído em 1908 para servir como pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Saint Louis, Missouri. Posteriormente foi transportado e reconstruído no Rio de Janeiro. Abrigo temporariamente a Câmara dos Deputados a partir de 1914, foi integrado à Exposição do Centenário da Independência em 1922 e finalmente, em 1925, tornou-se a sede do Senado até a transferência da capital para Brasília. O edifício foi demolido em 1976. Ver Israel Beloch e Carlos Eduardo Sarmento, *Palácio Tiradentes*, op. cit.

Boa fonte é o parlamentar que tem efetivo interesse pela articulação política. E que tem um mínimo de, já não diria isenção, mas objetividade, que é capaz de transmitir a informação minimamente distorcida. É claro que ele sempre enxerga as coisas do seu próprio lado, mas a boa fonte é o deputado que acaba sendo confiável. Há fontes em que muitas pessoas bebem mas não deveriam beber... Mas o repórter, também, vai criando as suas fontes próprias. Eu cultivei fontes que eram insuspeitáveis, que ninguém freqüentava.

*As boas fontes já eram muito importantes mesmo antes dos governos militares?*

Ah, sim, claro. Eram até mais importantes do que na época do governo militar, porque Brasília aproximou muito o governo da reportagem. Aquilo é uma aldeona, todo mundo se encontra nos restaurantes, no prédios, nos mesmos lugares. Acho que se se somar as entrevistas que todos os presidentes da República deram até a mudança da capital, se verá que o Sarney deu mais entrevistas, que o Fernando Henrique deu mais entrevistas, do que todos juntos. Pouquíssimos repórteres tinham efetivo acesso ao presidente da República. Em Brasília, é fácil ter acesso ao presidente. Antigamente, como você tinha que encher o espaço todo dia, tinha que ter notícia todo dia, e não podia chegar todo dia ao presidente nem ao ministro, essas fontes é que o abasteciam. Era o deputado que ia conversar com o presidente da República, que ia conversar com o ministro, e que até bolava as coisas. Muita trama nascia no Congresso.

Outra coisa que mudou muito em Brasília é que a oposição, no Rio, era muito importante, porque ameaçava politicamente o governo. Era capaz de criar embaraços que podiam e que chegaram a derrubar o presidente da República. A oposição em Brasília grita, berra, mas é muito pouco ouvida. Toca apito, varre rua, mas não cria nada.

*Pensando naqueles, como foi o seu caso, que fizeram a opção de não sair do Rio de Janeiro: quais foram as conseqüências, para o jornalismo carioca e para os jornalistas que ficaram no Rio, da mudança da capital?*

Não há mais repórter político nacional no Rio de Janeiro. Eu sou o último — e estou fazendo muito mais, hoje, uma análise-crônica. Não há outros. Sou o último representante. Porque não há mais fontes aqui. Elas sobreviveram durante muito tempo, o tempo em que o Rio foi freqüentado pelo político nacional. Pagamos o preço do esvaziamento político do Rio de Janeiro. Um governador como Carlos Lacerda estava no centro da crise. Brizola não foi um governador politicamente importante, mas, mesmo assim, estava muito mais no centro da atenção do que Chagas Freitas, Marcello Alencar... Além de o político nacional não freqüentar mais o Rio de Janeiro, a política estadual não tem influência nacional significativa. E isso há muito tempo.

*Mas mesmo depois de Lacerda, ainda acontecia muita coisa aqui. O movimento de 68, aqui no Rio, foi uma coisa importante.*

Exatamente. É possível acontecer isso. Por exemplo, o comício das Diretas foi importante. Mas é cobertura de um dia. E é até uma cobertura mais de reportagem geral do que de política. Não é preciso ser repórter político para cobrir aquilo.

Eu também descobri uma coisa: notícia é fundamental, mas notícia política demais dá indigestão. O repórter que começa a ter muita informação secundária, menor, tem indigestão. Hoje se valorizam coisas que não têm importância nenhuma. Naquele tempo as coisas tinham importância? Não sei. Nós achávamos que sim. E havia leitor para aquilo. Aquelas brigas da UDN com o PSD, as crises da UDN etc. eram tratadas como assunto nacional. É que havia a militância udenista, que se importava com aquilo, havia a militância pessedista, havia famílias pessedistas, famílias republicanas. Vocês conhecem alguma família pefelista? Conhecem ainda algum militante do PMDB? Sobrou o PT, que está se desagregando. Não adianta cobrir as crises nesses partidos, porque eles não têm eleitores, não têm consistência. Isso perdeu a importância. O governo Fernando Henrique é um governo absolutamente previsível, as jogadas dele são absolutamente anunciadas, é um presidente que fala todo dia. Está tudo na cara. Então, descobri que havia esse espaço para mim, numa tentativa de especular, de prever, de antecipar coisas, de entender, analisar, avaliar. É claro que, às vezes, sinto falta de conversas. Gostaria de ter com mais frequência algumas conversas referenciais em Brasília. Mas conversa de sala de café da Câmara não me interessa. Mesmo quando eu vou a Brasília, e tenho ido raramente, não tenho nenhum interesse nessa fofoca. Há 10, 15 pessoas em Brasília que me interessam. Porque são pessoas capazes de ter informação mas, também, de entender as coisas, de pesar as coisas. Agora, eu morrendo ou parando, acho que a minha vaga acaba aqui no Rio de Janeiro, não haverá mais espaço para o repórter político nacional.

*Como o senhor vê jornalismo político local?*

Simplesmente não há cobertura. A política carioca e a política fluminense não têm cobertura regular na imprensa. Não conheço um repórter, hoje, que seja especializado nisso, que cubra só isso, como a gente fazia. Quem cobre o setor é um repórter geral, de cidade. Qual é o jornal do Rio de Janeiro, qual é a televisão carioca que cobre, hoje, regularmente, política? Ninguém cobre. Outro fator fundamental é a televisão. A televisão faz materinhas sobre política, mas foge da análise como o diabo da cruz. E o peso da televisão, hoje, é enorme. São 120 milhões de telespectadores para três jornais, no Brasil, que tiram um milhão de exemplares. Aos domingos. *O Globo*, a *Folha de S. Paulo*, o *Estadão* e a *Veja*, que é revista.

### **Mudanças no Rio de Janeiro**

*Que lideranças o senhor destacaria nas bancadas carioca e fluminense, além de Carlos Lacerda, é claro, nos tempos em que o Rio era a capital federal?*

Eu nunca tinha me proposto esquematizar isso, mas vou tentar. Como o Rio era a capital política do país, as grandes figuras nacionais viviam aqui, o seu teatro de ação era aqui. Você mal distinguia quem era carioca e quem não era. O que era, realmente, ser carioca? Havia muitos senadores e deputados de outros estados vivendo no Rio de Janeiro há muitos anos, que acabavam se incorporando à vida carioca. Afonso Arinos era um deputado mineiro? Era. Era um deputado mineiro que sempre viveu no Rio de Janeiro e foi senador pelo Rio. Aliomar Baleeiro foi um deputado baiano que acabou na política carioca, foi deputado pelo Rio de Janeiro.

*Mas a cidade também elegia políticos próprios.*

O Rio tinha a tradição de sempre eleger um deputado que não tinha curral eleitoral, um deputado que era eleito, por assim dizer, por uma elite. Uma elite intelectual, uma elite política, um eleitorado independente, que era seduzido pela atuação parlamentar, pelo brilho etc. Mas, por exemplo, o Mangabeira era um homem tão do Rio de Janeiro, o José Américo era um homem tão do Rio de Janeiro quanto qualquer presença carioca. Não se distinguia muito o político carioca. A não ser na hora das disputas internas.

É claro que o grande deputado do Rio de Janeiro, o mais brilhante, foi Carlos Lacerda. Mas é uma injustiça, por exemplo, não destacar Aduino Lúcio Cardoso: foi excelente parlamentar. Heitor Beltrão foi um bom deputado, ao seu estilo, um deputado de boa presença, boa circulação. Lopo Coelho, por exemplo, foi um deputado muito querido porque era excelente informante. Tinha sido repórter, ia às reuniões do PSD e nos dava a reportagem da reunião já prontinha. Segadas foi um deputado importante do PTB, Danton Coelho... Vargas Neto, por exemplo, passou muito tempo na Câmara calado, figura simpática, sobrinho do Getúlio, sempre muito bem arrumado: lá um belo dia, é provocado, sobe à tribuna e faz um discurso exemplar. Era um excelente orador.

*Ou seja, na sua memória, o perfil da bancada carioca atuando na Câmara não é muito significativo.*

Não. As bancadas que se destacavam aqui eram a famosa bancada mineira, que foi uma bancada fantástica dos dois lados, PSD e UDN — e o resto também, no PTB havia o Lúcio Bittencourt; a bancada gaúcha, uma bancada extraordinária; a bancada baiana, que chegou a ter um escrete: Baleeiro, Antônio Balbino, Aluísio de Castro, Vieira de Melo, Rui Santos, grande articulador político, Luís Viana, de boa atuação parlamentar... Nas bancadas do Nordeste sempre havia boas figuras. Acho que a bancada do Rio de Janeiro, como o Rio era a capital, se dissolvia muito, não tinha muita identidade. Até porque o prefeito do Rio era nomeado, e não havia luta local para criar grandes lideranças. Isso só mudou quando se começou a eleger o governador da Guanabara. Aí veio Carlos Lacerda, depois Negrão de Lima, depois Chagas Freitas.

A grande verdade é a seguinte: cobria-se mal a política carioca, porque a política nacional, que era feita aqui no Rio de Janeiro, abafava a política local. Na Bahia, a política baiana era muito importante porque ali se decidia o governo do estado, ali se definia quem mandava no estado. No Rio de Janeiro, o prefeito era uma expressão federal. Você prestava atenção era no governo federal, era no presidente da República, era nos ministros que mandavam no Rio.

*Esse padrão mudou quando se criou o estado da Guanabara? Ou a tradição da política nacional ainda continuou influenciando?*

Acho que o Rio político lutou muito para preservar um pouco da fumaça da capital. Não há exemplo mais expressivo disso do que o Antônio Carboni, que travava uma luta corporal para manter o Rio ainda como um centro de atividade política. Ele ia esperar deputado, senador, governador no aeroporto, de madrugada, para fazer matérias políticas no Rio de Janeiro. O que foi aquele Clube dos Repórteres Políticos senão uma tentativa de criar fatos políticos no Rio de Janeiro? O clube era simplesmente um grupo de repórteres que convidava uma pessoa importante para

almoçar. Havia o almoço, cada um pagava o seu, todos pagávamos o do convidado, ele sentava a bundinha na cadeira e dava uma entrevista coletiva. Era isso. Eram os velhos repórteres políticos, os sobreviventes, que freqüentavam esse almoço. A intenção era, claramente, prolongar a agonia, não deixar o moribundo morrer.

Acho que quando isso acabou, quando se efetivou de maneira absoluta a mudança da capital, ficou no Rio de Janeiro essa craca da ex-capital que perdeu o prestígio. Isso atinge brutalmente a política carioca, fluminense, até hoje. Nunca se teve um governador do Rio politicamente importante, situado no primeiro plano da política nacional. Quer dizer, um governador com o peso do governador de São Paulo, de Minas, do Rio Grande do Sul. Quando o governador fluminense entra na reunião, senta sempre na cadeira perto da porta. É pouco ouvido. Palpita pouco.

*A seu ver a fusão agravou essa situação?*

Não melhorou, não. Talvez tenha agravado, porque a Guanabara tinha outros recursos. Realmente, os governadores da Guanabara não estenderam o pires, não andaram passando a bandeja. A agonia começou depois, com essa fusão maluca, que fez o Rio herdar dívidas, que acrescentou problemas. Essa fusão foi extremamente traumática para o Rio de Janeiro. A Guanabara era rica. Os governadores da Guanabara fizeram grandes administrações: Carlos Lacerda e Negrão de Lima. Havia dinheiro à beça. Acesso a recursos a fundo perdido, na bacia das almas internacional.

*Mas a Fiega também teve um papel importante na luta pela fusão. A fusão não foi só uma imposição do governo militar.*

Mas foi uma decisão do governo militar. O Célio Borja brigou muito pela fusão. Outros nomes importantes do Rio, já que estamos lembrando aqui, foram Meneses Cortes, deputado da UDN, Sandra Cavalcanti, que continua na militância até hoje, Nelson Carneiro. Mas o Rio nunca teve, depois que deixou de ser capital, uma personalidade política de peso, uma presença marcante na política nacional.

*Na verdade, depois que deixou de ser estado da Guanabara, porque a Guanabara ainda teve Lacerda.*

Ah, sim. A fusão ajudou muito a desqualificar o Rio, não sei porquê. Foi uma coisa realmente meio misteriosa. Agora, tem-se que reconhecer que o Lacerda era o Lacerda, era a atuação dele no governo Jânio, na derrubada do Jango, depois no governo Castelo. Até que ele começa a ser descartado e depois é cassado. Lacerda acaba politicamente no governo Costa e Silva, quando é cassado.

Era o Lacerda quem esquentava a mobilização política no Rio de Janeiro, quem sempre criava uma crise. Depois o Rio passou a ter governadores politicamente acomodados: Chagas Freitas, Faria Lima — foi até um bom governador, mas politicamente anódino, não tinha presença política nenhuma. Marcello Alencar, por exemplo, é muito ligado, é do partido do presidente da República, mas não tem *status* de liderança nacional. A oposição no Rio também é muito fraca. Não existe um grande nome de oposição aqui.

*O problema da fusão é que ela não permitiu que os políticos fluminenses fossem absorvidos pela política carioca. Isso, numa eleição para governador, diminui as chances de um político do interior do estado?*

É um problema de conta. O eleitorado do Rio de Janeiro é avassalador: considerando o Grande Rio, a região metropolitana corresponde a 70% do eleitorado do estado. Então, quem não faz política aqui tem uma enorme dificuldade de ser reconhecido. Para vender o seu produto, é muito difícil. Agora, há sempre, hoje, uma interrogação, porque a televisão cria uma liderança da noite para o dia. Não foi só o Collor. Collor é o exemplo mais flagrante porque foi o maior fenômeno político da história eleitoral do país. Foi uma criação típica de televisão.

*Apesar de tudo, o Rio não continua sendo a caixa de ressonância do Brasil? As coisas que acontecem no Rio não acabam tendo uma repercussão maior do que quando acontecem em outro lugar?*

Na área cultural, sim, quer dizer, o teatro no Rio, o cinema no Rio, o lançamento de um livro no Rio repercutem mais. No plano político, acho que não. A consolidação de Brasília hoje como capital é inegável, absolutamente definitiva. Por outro lado, há a televisão: o que desequilibra é a Globo aqui no Rio. Tirando a Globo, sobra a Manchete contra a Bandeirantes, a Record, a SBT, todas de São Paulo. Na imprensa, *O Globo* não chega a desequilibrar, porque São Paulo tem a *Folha* e tem o *Estadão*.

Acho que temos que nos conformar com essa realidade. Por cúmulo do azar, a grande atração que o Rio representa para o Brasil todo, pela beleza, pela praia etc., está hoje muito desestimulada pela violência. A violência no Rio, a meu ver, é uma coisa inextirpável, até onde a vista alcança. A violência decorre de quê? Da topografia singular do Rio e da ocupação pelas favelas. Ganhei fama de bom profeta em algumas palestras que fiz por aí, porque há mais de 10 anos venho cantando a evidência de que a violência ia invadir a cidade, pela constatação de que no Rio de Janeiro não há nenhum bairro onde não desemboquem duas, três favelas. Na medida em que o poder público é absolutamente incapaz de equacionar, de resolver, de encontrar soluções para o problema da favela, de marcar presença, de levar saúde pública, educação, polícia, segurança, os problemas só fazem aumentar. Nos meus “Comandos parlamentares”, subíamos em várias favelas do Rio de Janeiro, eu, três deputados e o fotógrafo, sem marcar encontro com ninguém, e nunca houve o menor tipo de problema. Ao contrário, o pessoal nos recebia festivamente, aquilo era ótimo, a chegada de um deputado que eles nunca tinham visto, para ouvir as suas queixas, reclamações, na presença de um jornal popular. Duvido que algum jornal hoje se atreva a cometer esse desatino, pegar três deputados e subir numa favela dessas a qualquer hora. Começa que o deputado não vai. Hoje, só se sobe numa favela negociando com o chefe do tráfico. Essa imagem do Rio, manchada pela violência, dificulta muito a recuperação da cidade como um centro de atração turística que ela realmente é.

*São Paulo é tão violento quanto o Rio: por que é que no Rio a violência repercute tanto?*

Porque ninguém vai passar fim de semana em São Paulo, vem passar aqui no Rio. Para São Paulo, só se vai a negócios. Lá há muita violência, mas a violência é periférica. O centro da cidade é mais protegido, mais policiado.

*Como o senhor vê as últimas administrações da cidade e do estado do Rio?*



Acho que o César Maia contribuiu muito para melhorar a imagem do Rio. Ele realmente conseguiu fazer uma grande administração, criativa, polêmica. O Luiz Paulo Conde está indo muito devagar por enquanto, está obscurecendo um pouco essa imagem. Marcello Alencar tem uma cobrança muito severa do César Maia e da parte da oposição. O Rio de Janeiro está precisando, urgentemente, criar um candidato para a presidência da República, disputar o poder central. Isso não é difícil. De repente, um prefeito desses pode ganhar projeção nacional. Um governador de estado que faça uma administração revolucionária, que tenha efetiva vocação política. É claro que o sujeito fazer política com o governo de São Paulo é uma coisa, fazer política com o governo do Piauí é diferente. Mas não são raros os exemplos de governadores de pequenos estados que fazem uma onda danada. Como, agora, o Ciro Gomes, o Tasso Jereissati. Na crise da PM o Tasso Jereissati cresceu, teve um desempenho que lhe deu uma enorme evidência. E o resíduo disso fica, isso se recupera. O Rio de Janeiro está precisando ter a sorte de aparecer alguém que renove a vocação da cidade e do estado para uma atuação nacional, que tem sido muito pouco significativa nos últimos anos. Os políticos do Rio desistiram de participar da política nacional, das decisões nacionais. Conformaram-se com a marginalização.

*Até mesmo Brizola?*

O Brizola teve uma atuação nacional do outro lado, do lado da oposição, e sem sucesso. O Brizola teve uma fase realmente brilhantíssima quando voltou do exílio e se elegeu governador no gogó, rompendo todos os esquemas. Ele era o quarto, quinto nas pesquisas e, de repente, nos debates, subiu, deslocou a Sandra, deslocou o Miro Teixeira, deslocou o Moreira Franco. Ganhou a eleição. Fez um primeiro governo com altos e baixos, porém razoável, mas o retorno dele foi desastroso, catastrófico. A ponto de perder para o Enéas.